



## PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

# Uma ferramenta para pensar o futuro

Plano estratégico faz radiografia da região e prevê ações em quatro eixos para **os próximos 16 anos**

A Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS) foi instituída, oficialmente, há quase 18 anos. Uma lei estadual deu esse título ao conjunto dos nove municípios, para que eles, unidos, fizessem um planejamento integrado em busca de soluções para desafios comuns. Dessa maneira, as cidades ganhariam força política para reivindicar, nos governos Estadual e Federal, investimentos em áreas como Saúde, Educação, Habitação e Transporte.

Junto com a RMBS foi criado Conselho de Desenvolvimento da Baixada Santista (Condesb), formado pelos prefeitos e por representantes do Estado para discutir e normatizar ações. Também foi estabelecido um Fundo Metropolitano para dar suporte financeiro e contratar alguns projetos tidos como prioritários para as cidades. Hoje o montante anual está em R\$ 10,5 milhões - divididos entre Estado e prefeituras (algumas estão inadimplentes).

Dois anos depois (1998), novamente por força de lei, veio a Agência Metropolitana da Baixada Santista (Agem), ligada diretamente ao Governo do Estado, com a função de organizar e executar as decisões tomadas pelo Condesb.

Diante da construção dessa governança metropolitana, há quase duas décadas, a expectativa era de que um planejamento detalhado, de cada setor que necessita de investimentos, estivesse completo e fosse constantemente atualizado. Entretanto, só agora se fez um estudo, projetando o futuro (até 2030) e buscando amenizar os impactos inevitáveis da falta de moradia, do trânsito caótico, das áreas irregulares onde o saneamento básico não chegou e da dificuldade em se atrair investimentos para gerar emprego e renda.

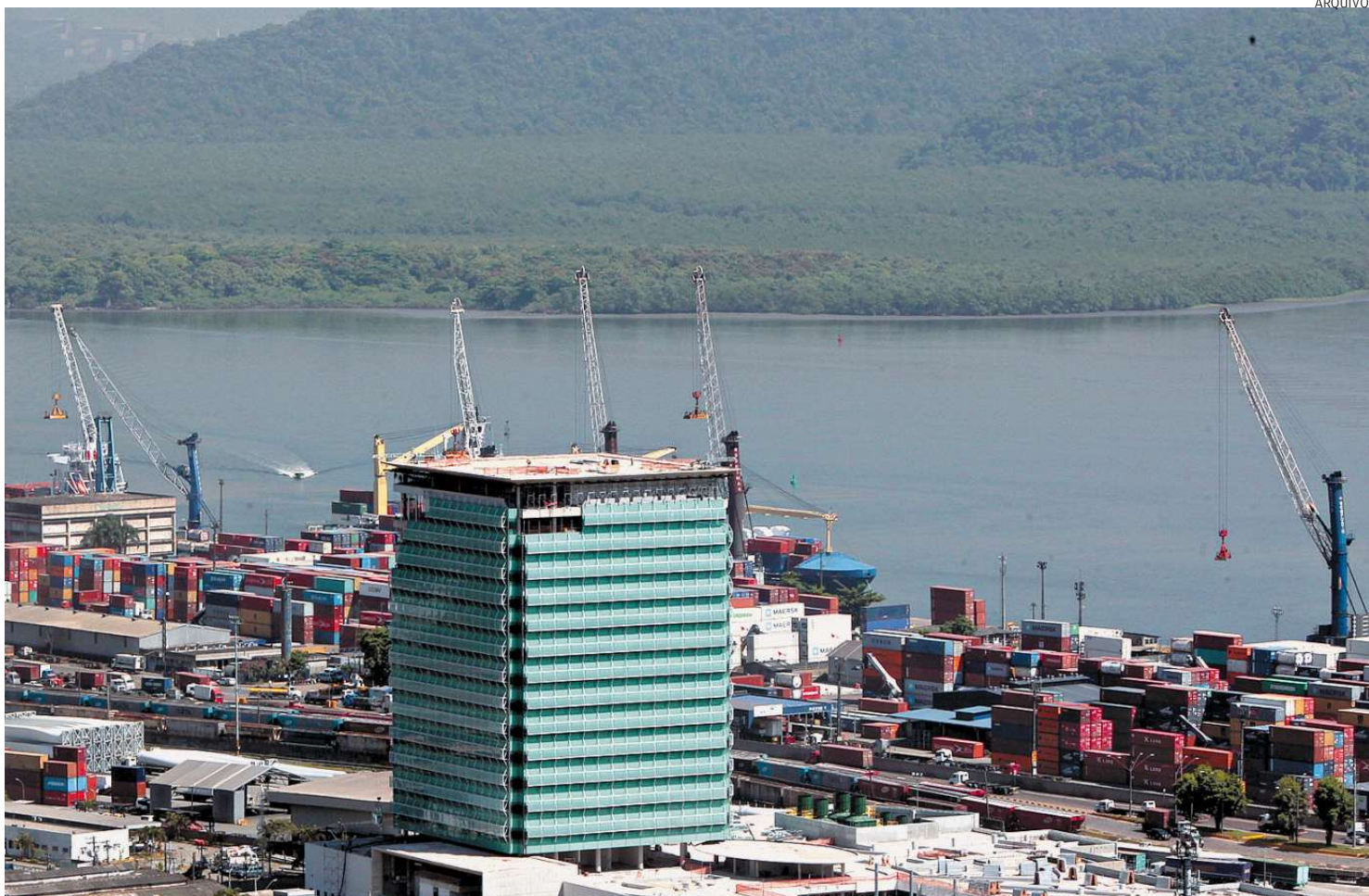
Mesmo atrasado, o Plano Metropolitano de Desenvolvimento

### A região

**A Região Metropolitana da Baixada Santista tem uma área de 2.419,928 km<sup>2</sup>, que representa pouco menos de 1% do território do Estado. Mas em número de habitantes, é a terceira maior região estadual, com 1,7 milhão de moradores fixos (4% da população paulista) segundo o Censo 2010. Durante a temporada concentra até 5 milhões de pessoas. Está a 70 km da Capital, tem 4% do PIB (Produto Interno Bruto) do Estado e 1,2% do nacional. O Porto de Santos, o maior da América Latina, é responsável por um quarto de todas as importações e exportações brasileiras. E o Polo Industrial de Cubatão é o primeiro do País, com 57 empresas de metalurgia, petroquímica e fertilizantes.**

to Estratégico da Baixada Santista (PMDE-BS) é um instrumento de planejamento regional único no Estado de São Paulo e no País. Foi concebido durante 10 meses pela empresa Geo Brasilis, especializada nesse tipo de estudo e contratada pelo Governo Estadual por R\$ 500 mil. O foco do plano é consolidar o desenvolvimento urbano e fomentar o desenvolvimento econômico da região (atração de novos investimentos e consolidação das potencialidades dos municípios e da região) apontando diretrizes. São metas claras de como evitar mais problemas nos próximos 16 anos.

A maioria das estratégias apontadas é possível de ser realizada, desde que haja empenho dos administradores e financiamento. Isso porque as prefeituras jamais terão poder financeiro para bancar grande parte das propostas nos eixos escolhidos: Habitação, Saneamento Básico,



O levantamento reuniu 236 objetivos a serem alcançados, com 32 orientações de planejamento regional e 23 projetos estruturantes

### Estratégias de desenvolvimento

Eixos temáticos 26 Objetivos	Orientações de Planejamento	Carteira de Investimentos			Total
		Projetos Estruturantes	Programas	Ações	
Habitação	5	2	23	20	50
Mobilidade	6	14	14	4	38
Saneamento	7	2	10	12	31
Desenvolvimento Econômico	14	5	30	11	60
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>23</b>	<b>77</b>	<b>47</b>	<b>179</b>

Fonte: Geo Brasilis

co, Mobilidade Urbana e Desenvolvimento Econômico.

Nessas áreas, o levantamento reuniu 236 objetivos a se-

rem alcançados, com 32 orientações de planejamento regional. Foram computados 23 projetos estruturantes, 47 ações e

77 programas públicos e privados para Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente.

Lançado oficialmente ontem, o estudo entregou um relatório, uma cartilha a ser seguida pelos prefeitos. Nela constam mais de 200 páginas, com mapas e tabelas. O conteúdo mostra a situação atual da Baixada Santista nos setores trabalhados e projeta alguns cenários de futuro - do mais problemático ao mais promissor (imaginando que todas as diretrizes serão cumpridas).

Para a composição do plano foram feitas 142 reuniões e agrupados 105 documentos estratégicos. Experiências de outras re-

giões metropolitanas (do Brasil e do exterior), com características semelhantes, serviram como exemplos de comparação.

O PMDE-BS consolida a visão de futuro, cria cenários, trabalha eixos indutores, traz análises econômicas e recomendações. O planejamento detalha os reflexos do crescimento demográfico e de como esse aumento esperado da população (a partir de fontes oficiais, como o IBGE) vai gerar demandas de infraestrutura em todas as áreas. Mas mostra, principalmente, a importância de uma visão regional unificada para diminuir os conflitos e buscar respostas que sirvam para os nove municípios.

## Metas são de curto a longo prazos

O Plano Metropolitano de Desenvolvimento Estratégico da Baixada Santista foi coordenado pela Agem. A agência tinha a necessidade de exercer o papel para a qual foi criada, avaliando planos, projetos e programas municipais, estaduais e federais existentes e analisando as projeções de crescimento econômico e populacional que repercutem sobre a infraestrutura urbana. A contratação de uma empresa especializada foi necessária por falta de corpo técnico suficiente para o serviço ser realizado apenas pela Agem.

A tabulação das demandas regionais permite que as cidades organizem suas atuações para estabelecerem programações orçamentárias e de planejamento de curto (2015), médio (2020 e 2026) e longo prazos (2030). Ou seja, existem metas para cada uma dessas datas.

O conjunto de informações foi colocado em mais de 40 fichas síntese entregues para a Agem e as prefeituras, organizadas por tema e município, além de 18 mapas temáticos, disponibilizados em um Caderno de Mapas. Eles permitiram a homogeneização da compreensão do território metropolitano e dos fenômenos que nele se desenrolam.

### COORDENAÇÃO

O coordenador geral do estudo e diretor da Geo Brasilis, José Roberto dos Santos, explica a importância de analisar outras regiões metropolitanas para balizar o plano. Segundo ele, os técnicos da empresa buscaram perfis próximos de população, área litorânea e porto.

“Fomos analisar como essas regiões estavam planejando o seu futuro e quais os principais aspectos do planejamento. Percebemos que o resultado do nosso plano está bem completo em relação ao que se faz em outros locais do mundo. Cada região, claro, tem um foco. Boston (Estados Unidos), por exemplo, concentrou muito da sua energia em projetos de transporte e mobilidade. Já a região de Vancouver (Canadá) teve foco muito forte na sustentabilidade”, detalha o diretor.

Algumas áreas do Estado de São Paulo também fazem parte do levantamento por terem criado boas leis de incentivo às empresas. “Citamos essas experiências para mostrar aos municípios da Baixada Santista como é uma lei bem feita, bem estruturada, para a atração de investimentos privados. Essa foi uma lacuna que identifica-

### Reuniões

**Foram realizadas 142 reuniões ao longo do projeto, sendo 81 com interlocutores em nível municipal, como prefeitos e secretários municipais; 33 envolveram gestores estaduais; 11 com a iniciativa privada ou gestores federais e 17 de caráter metropolitano, com o Condesb e suas Câmaras Temáticas**

mos. Com exceção de Santos, Praia Grande e Guarujá, as demais cidades ainda não avançaram nessa política de atração de investidores. E se querem gerar investimentos, empregos, precisam ter uma lei municipal, ofertar áreas com vocação, qualificar mão de obra”.

O coordenador do estudo garante que os dados traduzem a realidade, embora tenha encontrado divergências entre números, especialmente na Habitação. O método usado para contagem em uma determinada esfera de governo não coincide com outra. “Consolidamos dados oficiais do IBGE, da Fundação Seade e usamos

os planos municipais. Depois, fizemos entrevistas e reuniões para validar os números”.

A ideia de escolher quatro temas iniciais partiu da Agem. Por ser um projeto piloto, era necessário um número reduzido de temas. A intenção, conforme José Roberto, é trabalhar futuramente com questões sociais. Entretanto, ele ressalta que os eixos escolhidos são os mais importantes no momento, especialmente Habitação. “Por conta do processo histórico, a Baixada ainda tem muitos assentamentos precários, ocupações irregulares. Isso é um desafio para a região em relação a outras regiões do Estado. Mas do ponto de vista de estudos a região está bem”.

O diretor da Geo Brasilis ressalta que os mapas usados no plano são grandes aliados porque permitem juntar informações qualitativas e quantitativas. “Conseguimos sobrepor a cobertura da rede de saneamento básico com projetos habitacionais, por exemplo. Com isso, eu sei se devo expandir ou não um conjunto habitacional em determinada área. Então, o mapa permite visualizar todas as informações do território”.



José Roberto, da Geo Brasilis, propõe enxergar a região como um todo